



BAHIA

VIGILANTES EX-BAHIA COMFEDERAL/CAIXA: 84 DOS 255 COLEGAS FALTAM INFORMAR O PIS E HABILITAR- SE NO SINDICATO PARA O CRÉDITO CONQUISTADO NA LUTA

CLASSE ARMADA
...DE UNIÃO, CONSCIÊNCIA E LUTA

**VIGILANTES EX-BAHIA COMFEDERAL / CAIXA - 2005
PARA 255 VIGILANTES SÓ FALTA Nº DO PIS PARA
UMA GRANA EXTRA CONQUISTADA NA LUTA**

PIS
Imagem retirada da Internet

VIGILANTES DE LUTA, SEM PELEGO, SEM PATRÃO!

A semana passada foi de mobilização e oportunidade de muitos reencontros no Sindicato de colegas ex-Bahia Comfederal há 15 anos atrás. Tudo em torno da necessidade de habilitação, com a informação do PIS, no processo 1283. Uma providência e luta da direção do Sindicato para garantir o direito do trabalhador.

Dos 255 que constam neste processo, um bom número ainda continua na Caixa (na Interforte ou Interfraca). Mas tem gente em outras profissões, outros estados e até outros países (um colega deu seu alô desde a Espanha.

Nesta terça-feira (29) o Sindicato manda para os Advogados as mais de 170 informações de PIS que chegaram ao Sindicato. Mas ainda tem um bom número de colegas que não entraram em contato e não se habilitaram.

Vamos uma segunda e última oportunidade para estes colegas.

ATÉ SEXTA-FEIRA, DIA 02/10 FALE COM O SINDICATO E SE HABILITE.

Veja a seguir quem ainda não se habilitou no processo, quem ainda não forneceu o número do PIS. Vamos ajudar na localização destes colegas. Afinal, é dinheiro conquistado, é direito arrancado na luta, na marra.

Se seu nome está na lista, compareça ao Sindicato até sexta-feira (02/10) das 08 às 11h ou se habilite por e-mail (www.sindvigilantes.org.br). Caso necessário fale com 71 3525 6520, 71 99617 9701 – Boaventura, 71 98814 0556 – Paulo Brito). Encaminhe o número e cópia do Cartão do PIS, nº do CPF, telefone, endereço, e-mail e nome da mãe).

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Política pública e boas condições de trabalho previnem suicídio, diz perito

Para proteger trabalhadores e impedir que as taxas de suicídio aumentem, sindicatos e federações CUTistas pressionam empresas para que deem mais atenção à saúde mental e cuidados psicossociais



Aumento da pobreza, desemprego, retirada de direitos e falta de política pública em saúde mental aumentam as taxas de transtornos mentais e consequentemente de suicídios, como o do trabalhador que se matou na Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, esta semana.

Para o psicólogo clínico, professor universitário e perito judicial trabalhista, Bruno Chapadeiro, as campanhas do Setembro Amarelo, de prevenção e redução dos suicídios que acontecem todos os anos no mês de setembro, não tratam do problema no contexto da economia, políticas sociais e saúde pública.

Os “coachings da saúde mental”, diz, preferem pautar o fenômeno do suicídio no campo da saúde como algo individual, cujas tratativas seguem somente pelo autocuidado pessoal, mas dados do Ministério da Saúde mostram que nas localidades em que têm investimentos de políticas públicas em saúde mental têm

também menores taxas de suicídio.

O desemprego e a retirada de direitos aumentam as taxas de transtornos mentais e consequentemente os números de suicídios, diz o perito ressaltando que dados oficiais confirmam esta afirmação.

“Os dados oficiais apontam que as taxas de suicídio aumentam quando a gente tem um cenário de miséria social e econômica, inclusive são maiores em países de baixa e média renda”, afirma Bruno Chapadeiro.

“E isso também acontece, em nações que passaram por medidas de austeridade econômica, que sentiram mais a crise da pandemia, tiveram aumento de desemprego e onde o trabalho informal avança sem proteção previdenciária, jurídica e securitária”, complementa.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 40 segundos uma pessoa morre por suicídio em algum lugar do planeta e de acordo com o site da campanha, são registrados cerca de 12 mil suicídios todos os anos no Brasil.

Os fatores econômicos e sociais citados pelo perito podem ter levado o trabalhador da Rlam a tirar a sua própria vida nesta semana, avalia o Coordenador-Geral do Sindicato dos Petroleiros na Bahia (Sindipetro Bahia), Jairo Batista.

Ele diz que ainda não dá para afirmar isso categoricamente porque é preciso fazer uma investigação, mas que este caso triste que

aconteceu no local de trabalho foi um grande impulsionador para o sindicato tomar decisões para evitar outras tragédias.

“Não dá pra negar que todas as medidas que estão sendo tomadas por este governo, como retirada de direitos, a inexistência de política para restabelecer os empregos, a ameaça constante de privatização das refinarias e a insegurança no trabalho impactam a vida das pessoas”, diz Jairo.

“Mas o caso na Bahia mostrou que é necessário a gente estar atento a questão da saúde mental da categoria e reforçou a importância de buscar ações que previnam que outras pessoas não façam a mesma coisa”.

Representantes do Sindipetro Bahia e da Federação Única dos Petroleiros (FUP) se reuniram com os gerentes da Rlam depois da fatalidade para reafirmarem a necessidade de acompanhar de perto a investigação, da importância de dar apoio à família do trabalhador e de retomar os atendimentos de psicólogos e assistentes sociais à categoria.

Além disso, a FUP, em reunião com o grupo de Estrutura Organizacional de Resposta da Petrobrás (EOR), ressaltou que a Petrobrás não pode tratar esses fatos como tabu e que já passou da hora da empresa discutir com os trabalhadores uma política de saúde mental.

A entidade cobrou também uma reunião específica para discutir esse ponto, ressaltando que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria já prevê ações nesse sentido.

“Nós do Sindipetro Bahia propusemos isso justamente pra tentar prevenir outros casos e nos solidarizar esse momento difícil com a família e com a categoria. A gente quer que a Petrobras crie meios e métodos com profissionais especializados a partir de um dos casos que com esse só veio ratificar a necessidade de implantar as proposições que fizemos”, afirmou o dirigente.

“Temos que ter esse olhar sensível um com

os outros porque não é porque que a gente está passando dificuldade que o outro também não esteja a vulnerabilidade de uma pessoa pode sim levar a cometer ações que atentem a própria vida. Vamos buscar as informações corretas pra que a gente possa ter no mínimo possibilidade de afirmar o grau e a intensidade dessas medidas do governo federal na gestão da Petrobras influencia em decisões que levem as pessoas a cometerem este tipo de ação”, finalizou Jairo.

Orientar e incentivar a discussão dos temas nas Estaduais e ramos da CUT é fundamental até mesmo porque não temos estudos suficientes ligando os casos de suicídios a ocupações específicas, concordou a secretária nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida da Silva.

“Precisamos que o tema seja abordado constantemente e não apenas no mês de setembro para que possamos determinar medidas de apoio para cada área de trabalho”.

Setembro Amarelo

Desde 2014, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM), organiza nacionalmente o Setembro Amarelo, uma campanha brasileira de prevenção e redução dos suicídios.

De acordo com os dados da cartilha “Informando para prevenir”, publicada pela ABP e pelo CFM, 96,8% dos casos de suicídio registrados estão associados com histórico de doenças mentais, que podem ser tratadas. Inclusive a campanha também disponibiliza psiquiatras associados para ajudar a população e no site diz como proceder caso o trabalhador ou a trabalhadora precise de ajuda.

FONTE: CUT

Natal 2020 será com alta de preços dos alimentos e desemprego

Escassez de emprego e aumento dos alimentos, principalmente dos importados, forçarão o brasileiro a escolher bem o que colocar na mesa durante as comemorações do fim de ano. Redução do valor do auxílio emergencial deixará ceia, ainda, mais modesta



Os consumidores podem se preparar para um fim de ano amargo, com os preços dos itens da ceia de Natal mais salgados, avisam os especialistas. O desemprego deve continuar crescendo e, com a redução do valor do auxílio emergencial pela metade — de R\$ 600 para R\$ 300 —, muitas famílias precisarão escolher o que colocar na mesa nas comemorações, optando por lembrancinhas e substituições de produtos importados.

O período das encomendas do varejo começou e, de acordo com os economistas, há uma queda de braço com a indústria, que insiste em repassar os custos para a tabela de preços, principalmente, diante de disparada do dólar, que encarece os itens importados já tradicionais na mesa das festas de fim de ano.

Os especialistas lembram que, como o governo não tem dado sinais fortes de que conseguirá uma boa saída da crise, mantendo a promessa de que será responsável fiscalmente, a desconfiança cresce. O reflexo disso bate no dólar, que encerrou a sexta-feira a R\$ 5,56, acumulando alta de 3,3% em apenas uma semana. A inflação oficial está em escalada

desde junho, puxada pela alta dos preços dos alimentos, apesar de o Banco Central dizer que está tranquilo em relação à carestia.

No atacado, o quadro é ainda mais preocupante e não há dúvidas de que os reajustes serão repassados para o varejo mais à frente, prejudicando o Natal de milhões de brasileiros. Conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) disparou mais 6% nos 30 dias encerrados em 10 de setembro, e já acumula alta de 25,52% em 12 meses, padrão de inflação argentina, que deverá bater no bolso dos consumidores em algum momento, apostam os analistas.

E, para piorar, o mercado de trabalho não deve dar sinais de recuperação tão cedo. A expectativa dos analistas é de que o desemprego aumentará neste fim de ano, especialmente porque, com a flexibilização do confinamento, as pessoas começam a sair de casa em busca de trabalho. “Não haverá vagas no mesmo ritmo do número de pessoas que começa a procurar emprego. Como o setor de serviços ainda deve demorar para apresentar uma recuperação maior, os empregos temporários comuns nessa época do ano não devem aparecer em números expressivos”, alerta o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes.

O ex-diretor do Banco Central considera que o ritmo de retomada da economia será lento. Para Gomes, há grandes chances de a taxa de desemprego ficar acima de 15% neste ano, nível que não se viu na recessão entre 2015 e 2016.

“As pessoas estão sem emprego, e os que estão procurando (emprego) não estão encontrando”, pontua.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, admite que a taxa de desemprego próxima de 17%, prevista pela consultoria MB para 2021, pode ocorrer neste ano, porque o número de pessoas trabalhando formalmente está encolhendo a olhos vistos. Nessa conta, é preciso considerar o grande número de empresas que devem fechar ao longo do ano devido à recessão provocada pela covid-19. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas ocupadas registrou queda recorde e gira em torno de 82 milhões de pessoas.

“Se considerarmos os dados atuais da população economicamente ativa, o número de desempregados, de quase 13 milhões, já representa uma taxa de desocupação perto de 16%, mas órgãos oficiais incluem quem não está procurando emprego na base de cálculo, distorcendo os dados”, destaca Vale. Ele lembra que cada ponto percentual a mais na taxa de desemprego é pouco mais de 1 milhão de pessoas desocupadas no país.

Apesar de o Banco Central demonstrar otimismo exagerado em relação à inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que, neste ano, pela nova metodologia, reduziu o peso da alimentação em domicílio na base de cálculo, o economista-chefe da CNC lembra que os preços dos alimentos continuarão subindo — principalmente os produtos tradicionais do Natal, que, em sua maioria, são importados e devem incorporar a alta do dólar.

Com a carestia cada vez maior, o poder de compra do brasileiro está diminuindo, e, além disso, o desemprego é um problema para as famílias no fim deste ano, porque, até no comércio, a demanda por mão de obra temporária será menor do que nos anos anteriores, de acordo com Gomes. “O Natal será muito fraco e, se o dólar continuar elevado, os itens importados deverão ser substituídos ou reduzidos. É o Natal da quarentena, e tudo indica que não teremos um ótimo Natal. Se for

fraco, já será bom”, lamenta.

O economista Alexandre Espirito Santo não tem dúvidas de que haverá muita substituição de importados na mesa da ceia de Natal em 2020 por conta da alta de preço dos alimentos. “As pessoas estão inseguras em relação ao fim do ano. O Natal estará condicionado à descoberta da vacina. Se isso ocorrer até novembro, como o governador de São Paulo, João Doria, sinalizou, pode ser que seja bom, porque haverá um efeito psicológico das pessoas em comemorar. Mas, se isso não ocorrer, o consumo e a economia não conseguirão se recuperar tão facilmente”, destaca. “Em casa, como há muitas pessoas do grupo de risco, a comemoração será menor. Mas, com certeza, o bacalhau não faltará, mesmo se o dólar continuar nesse patamar de R\$ 5,50 e R\$ 5,60. Se a moeda estiver mais cara até lá, a quantidade será menor, pelo menos, para fazer o bolinho.”

Tradição

É que planeja a empresária Francisca Moreira, 48 anos, diante da carestia dos alimentos nos supermercados. “A ceia de Natal vai ser com a família de casa, e será mais simples e com menos porções. Teremos de rever a prioridade dos presentes e comprar algo que estamos precisando. Não é apenas um capricho, mas uma questão de economizar”, explica. A estudante Ananda Almeida, 23, não tem dúvidas de que, neste ano, as comemorações serão diferentes, com redução dos itens da ceia de Natal e dos presentes. “Acredito que a ideia de família reunida e casa cheia não é mais uma realidade neste momento. Dessa forma, comprar um item tão caro, como o peru, para poucas pessoas comerem, pode não ser uma boa ideia. Mas, no geral, acho que, justamente pelo fato de a quantidade de pessoas ter diminuído, algumas tradições podem ser mantidas por um preço acessível”, avalia.

“Para mim, o significado conta mais do que o preço em si. Então, provavelmente, os presentes deste ano serão mais baratos devido à crise que estamos vivendo, com muitas pessoas desempregadas. O Natal é mais do que presentes caros”, acredita Ananda.

FONTE: CORREIOWEB

Presidente da CUT vai ao Congresso pressionar pelo auxílio de R\$ 600

Sérgio Nobre e os presidentes das demais centrais passam a terça-feira (29) em Brasília para mostrar aos parlamentares que o corte feito por Bolsonaro é um crime contra o país



O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, desembarca em Brasília, nesta terça-feira (29), para ação da campanha “600 Pelo Brasil – Coloca o Auxílio Emergencial pra votar, Maia”, lançada em 17 de setembro. Sérgio e os presidentes das demais centrais sindicais irão percorrer o Congresso Nacional para defender junto às lideranças partidárias a importância de votar imediatamente a Medida Provisória 1.000/2020, que prorroga o pagamento do auxílio até dezembro, mas retomando o valor em R\$ 600 – o governo Bolsonaro cortou para R\$ 300.

Sérgio Nobre afirma que o auxílio de R\$ 600 “é uma conquista da CUT, do Fórum das Centrais e, em especial, das bancadas de oposição, que garantiu um mínimo de atividade econômica no Brasil e proteção social aos mais vulneráveis neste momento de pandemia. Essa medida perversa do governo Bolsonaro de reduzir o auxílio à metade é um crime; esse valor não compra sequer uma cesta básica”, avalia.

“Conclamamos parlamentares e partidos para um amplo diálogo social compromissado com a nação brasileira, com o desenvolvimento econômico sustentável, com a justiça social, diálogo esse que deve agora materializar-se na manutenção do auxílio emergencial de R\$

600 até dezembro”, diz trecho do documento assinado pela CUT e pelas demais Centrais Sindicais, que será entregue aos parlamentares, em mãos, nessa terça-feira (leia íntegra do documento abaixo).

“Para que o país não chegue ao caos social, é indispensável que o auxílio emergencial de R\$ 600 seja mantido. E esse debate que vamos fazer com deputados e senadores amanhã”, disse Sérgio Nobre. E completou: “é muito importante que toda a classe trabalhadora também pressione seu deputado e seu senador. Neste momento, não há agenda mais prioritária do que a luta pela manutenção dos R\$ 600. Entre nessa campanha junto com a CUT e o Fórum das Centrais Sindicais”.

Campanha e abaixo-assinado

A CUT, Força, UGT, CTB, CSB, NCST, CGTB, Intersindical, CSP-Conlutas, Intersindical Instrumento de Luta e Pública lançaram em 17 de setembro campanha nacional unitária para pressionar o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a colocar em votação a MP 1.000/2020. A medida publicada pelo governo federal em 3 de setembro prorroga o auxílio emergencial, mas corta o valor de R\$ 600 para R\$ 300.

A Campanha lançou abaixo-assinado, ações de rede e nos locais de trabalho. No Congresso Nacional, vai dialogar e pressionar o voto de cada parlamentar para que o valor do auxílio volte a ser de R\$ 600 (R\$ 1.200 para mães chefes de família). Das 262 emendas de deputados e senadores à MP 1000, boa parte propõe valor superior aos R\$ 300.

Mas para isso, explica Sérgio Nobre, é preciso que o presidente da Câmara dos Deputados coloque a medida provisória em votação. “Bolsonaro não quer que a MP seja votada, para

que caduque em dezembro e permaneçam os R\$ 300, e ele opera isso no Congresso de forma escancarada”, diz o presidente nacional da CUT. É essencial, complementa o dirigente, a pressão e o trabalho de convencimento dos parlamentares

para votar e manter o auxílio em R\$ 600,00.

Segue a íntegra do documento, assinado pela CUT e demais Centrais Sindicais, que será entregue a deputados e senadores nesta terça-feira (29),

Manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro

É bom para o povo, para a economia e para o Brasil

As Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, CGTB, Intersindical, CSP-Conlutas, Intersindical Instrumento de Luta e Pública, seus sindicatos e entidades, apresentam a proposta para que o Congresso Nacional vote a Medida Provisória 1000 e, ao mesmo tempo, restitua o valor de R\$ 600 para o Auxílio Emergencial (R\$ 1.200 para mãe chefe de família).

A Medida Provisória 1000 corta o auxílio emergencial pela metade, reduzindo-o a R\$ 300, restringindo ainda mais a capacidade de milhões de famílias brasileiras enfrentarem as consequências da crise sanitária causada pela pandemia do Coronavírus, em especial o desemprego e a perda de renda do trabalho. A redução do auxílio compromete gravemente a capacidade de as famílias garantirem alimentação, moradia, transporte e outros bens de consumo básicos.

O auxílio emergencial de R\$ 600,00 afiançou o consumo básico de mais de 65 milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais, fomentou a atividade nas empresas e protegeu milhões de empregos, fazendo a roda da economia girar, impedindo, assim, que uma crise econômica ainda maior se instalasse no país. Mais de R\$ 230 bilhões já foram mobilizados para financiar esse auxílio e teve um impacto positivo na massa de rendimentos das famílias que, transformada em consumo, foi capaz de sustentar mais de 2% do PIB brasileiro em 2020. Há também impactos positivos sobre as receitas fiscais de municípios, dos Estados e da União e Previdência Social.

Sairemos dessa grave crise sanitária e econômica se formos ousados e tivermos capacidade efetiva de atuar juntos. Cabe ao governo federal articular e coordenar os esforços de enfrentamento da crise sanitária, contudo, o governo atua no sentido contrário, o que significa milhares de vidas perdidas por COVID19, mortes que poderiam ter sido evitadas.

Cabe ao Estado mobilizar os recursos públicos, com impostos progressivos e taxando os ricos, para garantir renda básica para todos que necessitem, bem como mobilizar investimentos à retomada das milhares de obras paradas, para a expansão da nossa infraestrutura econômica e social, orientando para um desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, justo e solidário.

Desenvolvemos uma Campanha Nacional nas bases sindicais, nos movimentos sociais e organizações para manter o auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro.

Conclamamos parlamentares e partidos para um amplo diálogo social compromissado com a nação brasileira, com o desenvolvimento econômico sustentável, com a justiça social, diálogo esse que deve agora materializar-se na manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro.

Setembro de 2020.

Sérgio Nobre, Presidente da CUT - Central Única dos Trabalhadores

Miguel Torres, Presidente da Força Sindical

Ricardo Path, Presidente da UGT - União Geral dos Trabalhadores

Adilson Araújo, Presidente da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

José Calixto Ramos, Presidente da NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores

José Avelino Pereira, Presidente da CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros

Joaninha de Oliveira, Secretária Executiva Nacional da CSP - Conlutas

Ubiraci Dantas Oliveira, Presidente da CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

Nilza Pereira de Almeida, Secretária de Finanças - Intersindical - Central da Classe Trabalhadora

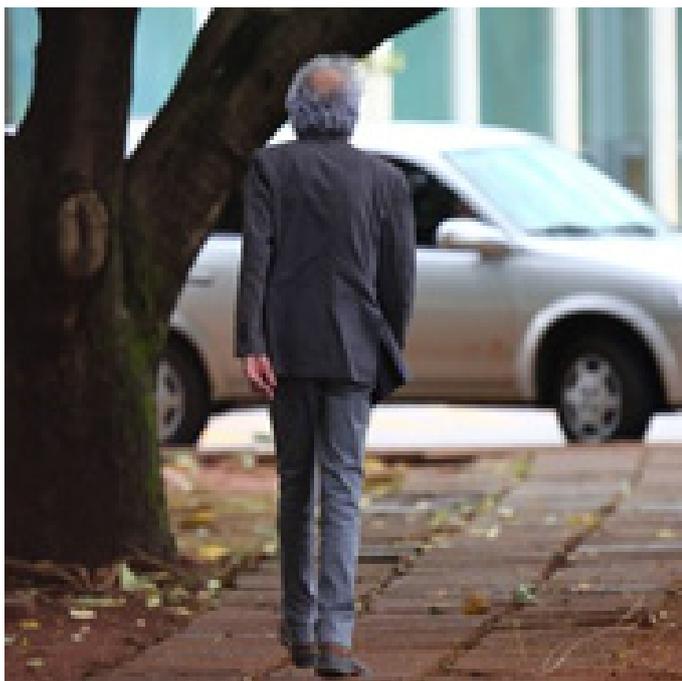
Emanuel Melato, Coordenação da Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

José Gozze, Presidente - Pública Central do Servidor

FONTE: CUT

Prova de vida de servidores aposentados é suspensa até 31 de outubro

Medida estava suspensa até esta quarta-feira (30/9), mas foi prorrogada por mais um mês



A Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal do Ministério da Economia prorrogou, até 31 de outubro, a suspensão da prova de vida anual para servidores públicos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.

A prorrogação foi publicada em instrução normativa no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (28/9). O governo suspendeu a prova de vida dos servidores em março deste ano e o prazo se encerraria na quarta-feira (30/9).

O objetivo é reduzir a possibilidade de contágio dos beneficiários que fazem o processo de cadastramento anual, que na maioria são idosos e considerados mais vulneráveis à

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Covid-19.

“A medida, no entanto, não afeta o recebimento de proventos e pensões dos beneficiários que fizeram aniversário a partir de janeiro de 2020 e ainda não fizeram a prova de vida anual”, explicou a pasta, em nota informativa.

Os beneficiários que tiveram o pagamento suspenso antes da publicação da primeira instrução normativa, de 18 de março, podem solicitar, conforme a Instrução Normativa nº 29, de 1º de abril de 2020, o seu restabelecimento.

Para isso, é preciso acessar o Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe) e selecionar, em “Requerimento”, o documento “Restabelecimento de Pagamento – Covid-19”. O beneficiário receberá um comunicado com a resposta se foi deferido ou não.

A Unidade de Gestão de Pessoas de cada órgão, a partir da confirmação do deferimento, deverá realizar o restabelecimento excepcional, obedecendo ao cronograma mensal da folha de pagamento.

A pasta informou ainda que estabelecerá, posteriormente, “o prazo e a forma para realização da comprovação de vida daqueles que foram contemplados na suspensão, assim como dos que tiveram o pagamento restabelecido”.

FONTE: METROPOLES

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF